

Apresentação

Dossiê Afetos, políticas e sexualidades não-monogâmicas

Antônio Pilão (USP)

Mônica Barbosa (UFRGS)

Dardo Lorenzo Bornia Junior (IFRS)

Maria Silvério (CRIA/ISCTE-IUL)

Este dossiê reúne trabalhos de diferentes campos disciplinares sobre relações não-monogâmicas, aqui entendidas como dissidências sexuais e amorosas do modelo diádico e exclusivo, hegemônico nas sociedades ocidentais. Nos últimos anos, pesquisas de mestrado e doutorado que problematizam a monogamia compulsória têm emergido no país, acompanhando a tendência do contexto acadêmico euro-americano. Com o intuito de articular e sistematizar tais produções, recentes e ainda dispersas, o dossiê agrega trabalhos que se voltam tanto às vivências amorosas e sexuais não-monogâmicas, quanto às disputas políticas, jurídicas e morais relacionadas à norma monogâmica no Brasil.

A organização do dossiê está articulada à criação do grupo de pesquisa Políticas, Afetos e Sexualidades Não-Monogâmicas (diretório CNPq), na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em 2020. O grupo, que congrega pesquisadores/as voltados/as ao tema das relações não-monogâmicas como poliamor, relações livres, swing, relacionamento aberto e anarquia relacional, procura contribuir para a consolidação desse campo de estudos no Brasil. Considerando que ainda há poucos/as especialistas em universidades brasileiras que orientam trabalhos sobre relações não-monogâmicas, as atividades do grupo pretendem facilitar as pesquisas em andamento, constituindo-se como um espaço de intercâmbio teórico e metodológico desses/as pesquisadores/as e daqueles/as que pretendem ingressar ou conhecer esse campo de investigação.

O casamento, tema indissociável desta discussão, vem sendo tratado pelas ciências humanas e sociais como um eixo central para a estruturação dos diversos tipos de relações sociais existentes. Nesse sentido, seria uma instituição constantemente disputada, que reúne um conjunto de obrigações recíprocas de caráter total, envolvendo as dimensões sexual, econômica, jurídica, política, entre outras (Therborn, 2004). Desde a emergência dessas áreas científicas ao longo do século XIX, inúmeros autores (entre eles, Lewis Morgan, 1877; Friedrich Engels, 1884; Edward Westermarck, 1891, se preocuparam em definir em que medida a monogamia seria uma instituição própria das sociedades ocidentais e burguesas ou então um fenômeno transcultural e a-histórico, presente em todas as partes do mundo.

O contato com formas de organização familiar e sexual distintas daquelas encontradas na Europa e nos Estados Unidos estimulou os esforços explicativos desses intelectuais por reconhecerem e nomearem a monogamia em oposição à promiscuidade, ao casamento em grupo, à poliginia e à poliandria. A antropologia teve um papel importante nesse processo ao se voltar às consequências causadas pela colonização, sustentando teorias evolucionistas do casamento que reconheciam no modelo vitoriano da monogamia o padrão para as sociedades ditas civilizadas. Já as conjugalidades não-monogâmicas estariam situadas em estágios inferiores de desenvolvimento, devendo ser superadas para acompanhar o projeto político dos colonizadores. A poliandria, em comparação com a poliginia, assume um caráter ainda mais primitivo, sendo considerada uma forma de prostituição e depravação moral das mulheres (McLennan, 1865).

Se o contato com práticas e moralidades distintas das ocidentais proporcionou um terreno fértil para a problematização da monogamia, os trabalhos científicos, ao longo do século XX, passaram a apostar menos na realização de mapeamentos exaustivos sobre os diferentes modelos de conjugalidade e de expressão da sexualidade em sociedades distantes no tempo e no espaço. Ao invés da tendência comparativa e especulativa típica das abordagens evolucionistas oitocentistas, os trabalhos acadêmicos incidiram em contextos de inves-

tigação cada vez mais precisos, o que a partir dos anos 1970 incluía, com certa frequência, pesquisas sobre sexualidade em cenários urbanos (entre outros John Gagnon e William Simon, 1973; Esther Newton, 1972).

Apesar disso, com a diminuição da preocupação com a vida sexual dos “selvagens” e da definição de qual é a forma mais “primitiva” ou “natural” de organização familiar, a monogamia deixou de ser tão intensamente pensada e reconhecida cientificamente enquanto uma importante norma regulatória da sexualidade e da família no ocidente. Contrariamente ao protagonismo que a problemática da monogamia ocupou durante a institucionalização das humanidades na Europa e nos Estados Unidos, observamos uma tendência de esvaziamento desse debate ao longo do século XX, de modo que a monogamia deixou de ser nomeada e posta em questão com a mesma intensidade de antes.

O florescimento de um novo campo de estudos sobre sexualidade, a partir dos anos 1970, pouco contribuiu para recolocá-la significativamente em discurso, predominando desde então questões associadas às dissidências da heterossexualidade. Imerso no contexto urbano e ocidental e sem o contraponto explícito com práticas não-monogâmicas tidas pelos precursores das ciências humanas e sociais como não ocidentais (promiscuidade, casamento em grupo, poliginia e poliandria), o campo da sexualidade privilegiou os estudos gays e lésbicos, dando pouca atenção à norma monogâmica, ao menos até o surgimento da Teoria Queer, que a incluiu no conjunto de elementos que compõem o conceito de heteronormatividade.

Ao longo do século XXI, com o desenvolvimento e a popularização de conceitos, identidades e ativismos voltados às práticas não-monogâmicas, esse cenário tem se modificado, especialmente em função da emergência do poliamor nos Estados Unidos, nos anos 1990, e das “relações livres” (RLi), no Brasil, nos anos 2000 (Barbosa, 2011; Pilão, 2017). Desta forma, o dossiê é parte de um movimento contemporâneo que resgata a problematização da monogamia, contribuindo para a sua desnaturalização, não a partir dos binarismos ocidente monogâmico vs oriente não-monogâmico e civilizados vs primitivos, mas por meio da valorização das manifestações não-monogâmicas de um país dito “ocidental” e “monogâmico” como o Brasil.

Nos quatro artigos iniciais são exploradas empiricamente as vivências não-monogâmicas, considerando os atravessamentos dos marcadores sociais das diferenças, como raça, classe e orientação sexual, nas agências, conflitos, corporalidades e emoções dos/as participantes das pesquisas. Os quatro artigos seguintes enfatizam debates teóricos sobre a monogamia e as suas dissidências, permitindo ao leitor uma compreensão mais densa a respeito das controvérsias morais, políticas e jurídicas que estão no centro das disputas públicas no Brasil contemporâneo.

No primeiro artigo, “Para além do assujeitamento: agenciamentos não-monogâmicos de uma mulher puta”, Dardo Lorenzo Bornia Junior aborda a história de Viviane, ativista da Rede de Relações Livres que se define como mulher puta, baseando sua trajetória não-monogâmica sobretudo nos arroubos de paixão, tesão e sexo. A partir de um olhar cartográfico, o autor sustenta que sua interlocutora, em que pesem as adversidades e assimetrias de gênero nas relações, produziu agenciamentos que consolidaram uma trajetória afetiva e sexual orgulhosamente impositiva; ademais, analisa seu processo de identificação com as Relações Livres e a experiência da não-monogamia a partir da maternidade.

No artigo “Sexualidades múltiplas: uma análise das incertezas e conflitos entre pessoas poliamorosas em relações heterossexuais”, Maria Silvério analisa como homens e mulheres poliamorosas em Belo Horizonte lidam com sua sexualidade em termos de orientação e identidade, além de refletir como a sexualidade hegemônica tem sido transformada e ressignificada. No caso das mulheres, segundo a autora, uma simples curiosidade em se envolver com outra mulher pode ser suficiente para elas subverterem ou renegarem a heterossexualidade. Já entre os homens, a possibilidade da não-heterossexualidade causa muito mais resistência e conflitos para a construção da identidade, orientação e desejos sexuais.

Em “Considerações sobre swing e poliamor à luz do conceito de ‘círculo encantado’ de Gayle Rubin”, Tarcília Nascimento compara os discursos de sete grupos de Whatsapp formados por pessoas swingers e poliamorosas a fim de perceber como esses dois tipos de não-monogamia se posicionam em relação ao círculo encantado. A autora argumenta que apesar do swing e do poliamor não ocuparem o centro do círculo, o primeiro grupo se mantém em um anonimato que protege a trajetória de seus praticantes. Já as pessoas polia-

morosas tentariam se dissociar dos rótulos da sexualidade “promíscua”, do sexo fácil e libertino, se apoiando na base afetiva do modelo relacional.

No artigo “Fabricando um corpo não-mono: entre catracas identitárias e a composição de constelações íntimas”, Mônica Barbosa faz uma cartografia do percurso de Leci, mulher negra, ativista não-monogâmica e antirracista. Desde uma perspectiva spinozista, a autora discute como o corpo de Leci é afetado por paixões alegres e tristes em sua tentativa de dessubjetivação da monogamia. Ao analisar esta história de vida, Barbosa mostra que são muitos os processos de desterritorialização e reterritorialização sob as práticas monogâmicas nos arranjos não-monogâmicos, também chamados pela autora de constelações íntimas. Ao pensar *constelações íntimas* a partir dos corpos e afetos que as constituem, destaca os devires e o desejo que as impulsionam em uma multiplicidade de associações.

“Matemática dos afetos, dissensos e sentidos sociais acerca das noções de ‘monogamia’ e ‘não-monogamia’”, de Ítalo Vinícius Gonçalves, parte do recente episódio da morte do artista MC Kevin para analisar as disputas narrativas sobre a monogamia que se seguiram ao evento. O cantor teria sofrido um acidente ao tentar “escapar” de um flagrante de sua esposa quando mantinha relações sexuais com outra mulher e um amigo. Desde um diálogo entre autores contemporâneos e clássicos, que pensam a dimensão social dos afetos, em seu sentido adjetivo, Gonçalves aborda as relações entre gênero, monogamia e militâncias políticas pela não-monogamia, ecoando vozes de importantes autoras decoloniais.

Em “Monogamia e (anti)colonialidades: uma artesanaria narrativa indígena”, Geni Nuñez, João Manuel de Oliveira e Mara Lago abordam as relações entre a colonização europeia e a construção histórica da monogamia em *Abya Yala*, bem como apresentam perspectivas guarani sobre não-monogamia como contraponto à mononormatividade colonial. Os/as autores/as propõem uma homologia entre a monogamia e os sistemas coloniais de monocultura, derivados do monoteísmo cristão. Assim, os sistemas mononormativos compartilhariam dos princípios de exclusividade, não concomitância e não convivência, tal qual o sacrifício cristão de “amar a um único Deus”. Como antídoto, apresentam perspectivas indígenas de não-monogamia que têm a floresta como princípio em toda sua diversidade e concomitância.

No artigo “A (in)visibilidade do poliamor: por que não podemos amar várias pessoas em público?”, a partir do referencial teórico da ciência política, Vania Silva debate o papel do Estado na configuração da liberdade e da autonomia afetiva. A autora reflete sobre a interferência do poder legislativo no tocante à exposição pública de identidades relacionais e arranjos afetivos que não são compatíveis com a monogamia. Nesse sentido, questiona quais pessoas têm o direito de tornar pública a sua forma de amar e mostra que ao assumirem seus amores múltiplos, simultâneos e mutuamente consentidos, as pessoas poliamorosas desafiam simultaneamente a heteronormatividade, a cisonormatividade e a mononormatividade.

No artigo final, “Normas em movimento: monogamia e poliamor no contexto jurídico brasileiro”, Antonio Pilão analisa controvérsias relacionadas ao reconhecimento de formas de conjugalidade e de família que se diferenciam do modelo do casamento monogâmico e heterossexual. O trabalho aborda como a monogamia e os arranjos não-monogâmicos foram concebidos em diferentes contextos históricos no sistema jurídico brasileiro. Ao invés de um *fato*, de uma realidade estática, a mononormatividade seria um *feito*, constantemente refeito, sendo necessário evidenciar como atores/as, jurídicos e não jurídicos, agenciam e atualizam essa norma, reforçando, reformando, desafiando, subvertendo e/ou multiplicando os seus sentidos.

A composição deste dossiê se pretende um pequeno passo na ampliação do debate sobre não-monogamia no Brasil, um chamado para que outras vozes se somem às autoras/es que se entrelaçam nesta edição especial de Teoria e Cultura. O grupo Políticas, Afetos e Sexualidades Não-Monogâmicas deseja a todes uma leitura amorosa e atenta.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Mônica. **Movimentos de resistência à monogamia compulsória**. A luta por direitos sexuais e afetivos no século XXI. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Gestão social - Escola de Administração. Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2011.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Ruth M. Klaus: 3ª. Centauro Editora, São Paulo, [1884] 2006.

GAGNON, John; SIMON, William. (eds). **Sexual conduct: the social sources of human sexuality**. Chicago: Aldine, 1973.

LUKES, Steven. **Power: a radical view**. 2. ed. Londres, Palgrave: 2005.

MCLENNAN, John Ferguson. **Primitive marriage**. London: MacMillan & Co, 1865.

MORGAN, Lewis. Henry. **Systems of consanguinity and affinity in the human family**. University of Nebraska Press, [1871] 1997.

_____. **Ancient society or researches in the lines of human progress from savagery through barbarism to civilization**. Calcutta: BHARTI LIBRARY, [1877] 1944.

NEWTON, Esther. **Mother camp: female impersonators in America**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1972.

PILÃO, Antonio Cerdeira. **“Por que somente um amor?”: um estudo sobre poliamor e relações não-mono-gâmicas no Brasil**. Tese de Doutorado em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, UFRJ, 2017.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. In: Rubin, G. **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017 [1984].

THERBORN, Göran. **Between sex and power: family in the world, 1900–2000**. London: Routledge, 2004.

WESTERMARCK, Edward. **The history of human marriage**. London: MacMillan, 1891.